

## ESCUTA PSICOLÓGICA E VIOLÊNCIAS DE GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA: DIÁLOGOS ENTRE PSICOLOGIA E PENSAMENTO DESCOLONIAL

RENICE EISFELD MACHADO<sup>1</sup>; MIRIAM CRISTIANE ALVES<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [renice.eisfeld@hotmail.com](mailto:renice.eisfeld@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [oba.olorioba@gmail.com](mailto:oba.olorioba@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

A cientificidade que permeia a escuta psicológica foi forjada por uma construção social que regula e normatiza os modos de ser e de viver no que tange ao gênero, a sexualidade e a raça. Assim, nos questionamos: Até que ponto essa cientificidade impossibilita que a violência de gênero, sexualidade e raça sejam reconhecidas no *setting* terapêutico?

A clínica psicológica clássica que se encontra inserida em um modelo de atendimento biomédico tem sua escuta orientada para a análise de sinais e sintomas que são trazidos pelas pessoas a partir de suas narrativas, de modo que psicólogos e psicólogas direcionam seu atendimento com base no que foi apreendido nesse processo (DUTRA, 2004). GUERRA (2002) refere que a Psicologia surgiu a partir de um contexto histórico que evidencia uma tradição de cuidado voltada para controlar as diferenças por meio de práticas sociais, mantendo o *status quo* dos primórdios de seu nascimento. Ou seja, ao longo dos anos ela vem se mostrando descomprometida com o contexto social, ou comprometida com apenas parte dele (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007; GUERRA, 2002).

Na escuta de mulheres em situação de violência, psicólogos e psicólogas ao legitimarem a privatização dos afetos e reduzirem o entendimento da situação de violência a apenas sintomas psicológicos, deixam a mulher ainda mais vulnerável ao sistema de dominação patriarcal (TIMM; PEREIRA; GONTIJO, 2011).

No que tange às relações raciais, ALVES, JESUS e SCHOLZ (2015, p. 870) referem que a vivência de uma humanidade de concessão e subalterna produzida pelo olhar preconceituoso e racista lançado à população negra leva, consequentemente, ao sofrimento psíquico.

CARNEIRO (2013, p. 40) assevera que “modos de violentar a existência” como, por exemplo, xenofobia, homofobia, transfobia, sexismo, racismo, evidenciam sobre “quão inseguras permanecem as sociedades para a expressão de múltiplas diversidades identitárias”. Insegurança que se expressa na escuta psicológica privada e individualizante que, segundo MOREIRA, ROMAGNOLI e NEVES (2007, p.615) necessita “se redesenhar”.

Assim, os objetivos do estudo são: problematizar a escuta psicológica diante das violências de gênero, sexualidade e raça; enunciar as implicações da heteronormatividade e da universalidade do humano na escuta psicológica; questionar a escuta psicológica enquanto dispositivo de legitimação da violência racial, de gênero e sexualidade no contemporâneo; e por em discussão uma escuta psicológica engajada e politizada no enfrentamento à violência racial, de gênero e sexualidade.

### 2. METODOLOGIA

O presente estudo está integrado a uma pesquisa maior realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas ÉLÉÉKO, intitulada “A Violência do Inexistir: a

construção de uma Clínica Política De(s)colonial”, do curso da Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E, tem como referenciais teórico-epistemológicos o Pensamento Crítico Descolonial e a Psicologia Latinoamericana.

Trata-se de ensaio teórico que buscou desenvolver uma reflexão profunda e minuciosa (MENEGETTI, 2011) acerca das implicações da heteronormatividade na escuta psicológica e da relevância do conceito de interseccionalidade para a edificação de uma escuta psicológica politizada e engajada no enfrentamento de violências de raça, gênero, classe e sexualidade. Para esse autor, o ensaio teórico é uma importante forma de produção de conhecimento, onde sua força está na capacidade reflexiva para compreender a realidade. Uma característica comum em ensaios é a de constituir-se como espaço aberto para a veiculação de pontos de vista ainda não comprovados, carregando a ideia de tentativa de ação especulativa e interpretativa, sendo uma composição na qual a autora se submete ao crivo de outrem (BARROS, 2011).

Como procedimento foi utilizado a pesquisa bibliográfica com levantamento de referências teóricas publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros e artigos científicos, com o propósito de recolher conhecimentos que contribuam com a problematização sobre a escuta psicológica diante das violências de gênero, sexualidade e raça.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

FANON (2005) refere que o colonialismo se constitui como um sistema de exploração e dominação violento produzido pelo colonizador diante do povo colonizado e os resquícios que ficam é o sentimento de inferioridade dos povos que foram submetidos às condições desumanas de trabalho e de existência. Povos que com suas mãos de obra especializadas sustentaram um sistema de dominação-exploração que é perpetuado e atualizado no contemporâneo pela colonialidade (ALVES; JESUS; SCHOLZ, 2015). Mas afinal, de que modo a psicologia, com seu aparato teórico e metodológico contribui para a manutenção da lógica colonial mantendo os/as sujeitos/as subalternizados/as e desumanizados/as pela colonialidade do poder e do ser?

Santos (2009) ao discutir o pensamento abissal quando problematiza a realidade social moderna, o faz a partir da compreensão da existência de dois universos distintos, caracterizados pela dominação, violência e invisibilidade de um universo em relação ao outro. O autor faz referência ao universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”, salientando que “a divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, tornando-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente” (p.32). Uma “característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha” (p.32).

Deste modo, nos arriscamos dizer que o pensamento abissal, discutido por Santos (2009), manifesta-se na escuta psicológica sempre que o profissional de psicologia desconsidera a narrativa do sujeito que expressa a violência racial, de gênero e/ou sexualidade no *setting* terapêutico; quando não reconhece a orientação sexual dos sujeitos para além da heterossexual; quando naturaliza o gênero enquanto uma categoria universal sem problematizar sua construção em um dado momento histórico.

A heteronormatividade tem implicações nas relações sociais e, consequentemente na escuta psicológica, dicotomizando relações humanas e causando sofrimento psíquico mediante situações de preconceitos e

discriminações (OLIVEIRA; COSTA; CARNEIRO, 2014). MARQUES e NARDI (2011) referem que a psicologia enquanto campo do saber vem contribuindo para essencializar e naturalizar as diferenças de gênero e reforçar estigmas e estereótipos engendrados na heteronormatividade, sendo assim, reforçadora de sofrimento psíquico. Segundo ARÁN (2011) os efeitos do gênero emergem na modernidade, produzindo subjetividades a partir de um padrão heteronormativo construído pela dominação masculina/heterossexual que oprime a toda e qualquer identidade de gênero e orientação sexual que não se inserem no padrão normativo. Para pensarmos as violências de gênero, de sexualidade e de raça em conjunto utilizaremos o conceito de interseccionalidade.

A interseccionalidade “é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p.177). Ainda segundo a autora, ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições entre mulheres, raças, classes e outras. Quais efeitos da discriminação interseccional (CRENSHAW, 2004) no cotidiano e subjetividade dos/as sujeitos/as? Ou seja, quais efeitos do racismo, sexismo, machismo e homo/bi/transfobia quando se encontram em intersecção no cotidiano e subjetividade dos sujeitos/as?

Qual a implicação da interseccionalidade no campo da psicologia? De que modo esse conceito pode contribuir com a escuta psicológica?

Convidamos os profissionais de psicologia a se questionarem sobre os eixos de subordinação que transversalizam o sofrimento psíquico daqueles/as sujeitos/as que estão em atendimento em seus diferentes espaços terapêuticos. Trata-se de um conceito relativamente novo no campo acadêmico (SALEM, 2014), sobretudo na clínica psicológica. Para SALEM (2014) à medida que mais intelectuais e ativistas se ocupam desse conceito, mais interseccionalidades podem surgir.

Compreendemos que é fundamental que psicólogos e psicólogas promovam uma escuta interseccional das pessoas. No entanto, a narrativa da pessoa em sofrimento psíquico, muitas vezes, não explicitará uma queixa interseccional, cabendo ao profissional o reconhecimento de diferentes eixos de subordinação que podem estar transversalizados nesse sofrimento. Afinal, “a interseccionalidade constitui um desafio que aborda diferenças dentro da diferença” (CRENSHAW, 2004, p. 9).

Para SALEM (2014) a aspiração da interseccionalidade consiste em escutar as vozes de mulheres e de homens em suas próprias condições com a finalidade de unir as peças das narrativas e analisar em seus componentes experiências que possam ajudar a compreender a vida social. Refere, ainda, que não é suficiente fazer o uso acrítico do conceito de interseccionalidade, faz-se necessário contextualizar e historicizar essas experiências dentro de um sistema global, capitalista e imperialista que estrutura as vidas das pessoas.

#### 4. CONCLUSÕES

O comprometimento de psicólogas e psicólogos com o contexto social parte de um olhar disciplinado por uma cultura eurocêntrica, racista e heteronormativa, dificultando espaços de reconhecimento de histórias de vida permeadas pelas violências de gênero, sexualidade e raça.

Colocamos em discussão a importância de ter como exercício na prática clínica o ato de observar a si, por psicólogas e psicólogos, diante daqueles e daquelas que estão na linha do não humano imposta pela colonialidade.

Assim, torna-se imprescindível a formação de psicólogas e psicólogos capazes de reconhecerem as violências perpetuadas pelo racismo, machismo, homofobia, lgbtfobia. Profissionais capazes de desenvolverem uma escuta psicológica engajada e politizada no que tange ao enfrentamento as violências de gênero, sexualidade e raça.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, M. C.; JESUS, J. P. de; SCHOLZ, D. Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 869-880, Set. 2015.
- ARAN, M. Políticas do desejo na atualidade: a psicanálise e a homoparentalidade. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 59-72, jun. 2011.
- BARROS, K. S. M. de. Réplica 1 - O que é um Ensaio? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 333-337, Mar./Abr. 2011.
- CARNEIRO, N. S. Contra a "violência de inexistir": psicologia crítica e diversidade humana. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v.25, n.1, p. 40-47, 2013.
- CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.
- \_\_\_\_\_. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas** [da] University of California - Los Angeles, p. 171-187, 2002.
- DUTRA, E. Considerações sobre as significações da Psicologia Clínica na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia**, v.9, n. 02, p. 381-387, 2004.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. 376p.
- GUERRA, A. M. C.; DINIZ, B.; MOREIRA, J. O. O social na clínica e a clínica no social: sutilezas de uma prática. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Clínica e Inclusão Social: novos arranjos subjetivos e novas formas de intervenção**. 1ed. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002, p. 29-48.
- MARQUES, D. M.; NARDI, H. C. Anormais, bárbaros e bárbaras: trajetórias de vida e homossexuais e clínica psicológica. **Aletheia**, n. 36-35, pp. 109-122, maio/dez, 2011
- MOREIRA, J. de O.; ROMAGNOLI, R. C.; NEVES, E. de O. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. **Psicologia Ciência e profissão**, v. 27 n. 4, p. 608-621, 2007.
- OLIVEIRA, J. M. de; COSTA, C. G. da; CARNEIRO, N. S. Problematizando a humanidade: para uma psicologia crítica feminista queer. **Gender and Sexuality: anual review of critical psychology**, n. 11, p. 59-77, 2014.
- SALEM, S. Feminismo Islâmico, interseccionalidad y decolonialidad. **Tabula Rasa**, Bogotá - Colombia, n.21, p.111-122, julio-diciembre, 2014.
- SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S. e MENEZES, M. P. (org). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina, SA, Coimbra, 2009.
- TIMM, F. B.; PEREIRA, O. P.; GONTIJO, D. C. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v.11, n.22, p. 247-259, dez. 2011.